



RELATO INSTITUCIONAL 2018

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. HISTÓRICO DA MANTENEDORA.....	6
3. HISTÓRICO DA MANTIDA	6
4. CONCEITOS OBTIDOS PELA FAREC NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS.....	12
5. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	13
5.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA.....	13
5.2 Comissão Própria de Avaliação – CPA (2018).....	15
5.3 Metodologia do Processo Avaliativo.....	16
6. CONCLUSÃO.....	24

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnico- Administrativo e pedagógicos da Faculdade do Recife - FAREC, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP no campi da FAREC.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Membros CPA

Representante da IES – Igor Fontes Cadena (Coordenador da comissão)

Representante do Corpo Docente – Sabrina Gomes de Lacerda

Representante do Corpo Discente – Márcio Luis da Silva

Representante da Sociedade Civil – Jamerson da Silva Lima

Representante do pessoal Técnico-administrativo – Talita André Raquel

Representante dos Egressos - Fernando Luiz Santos Silva

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA

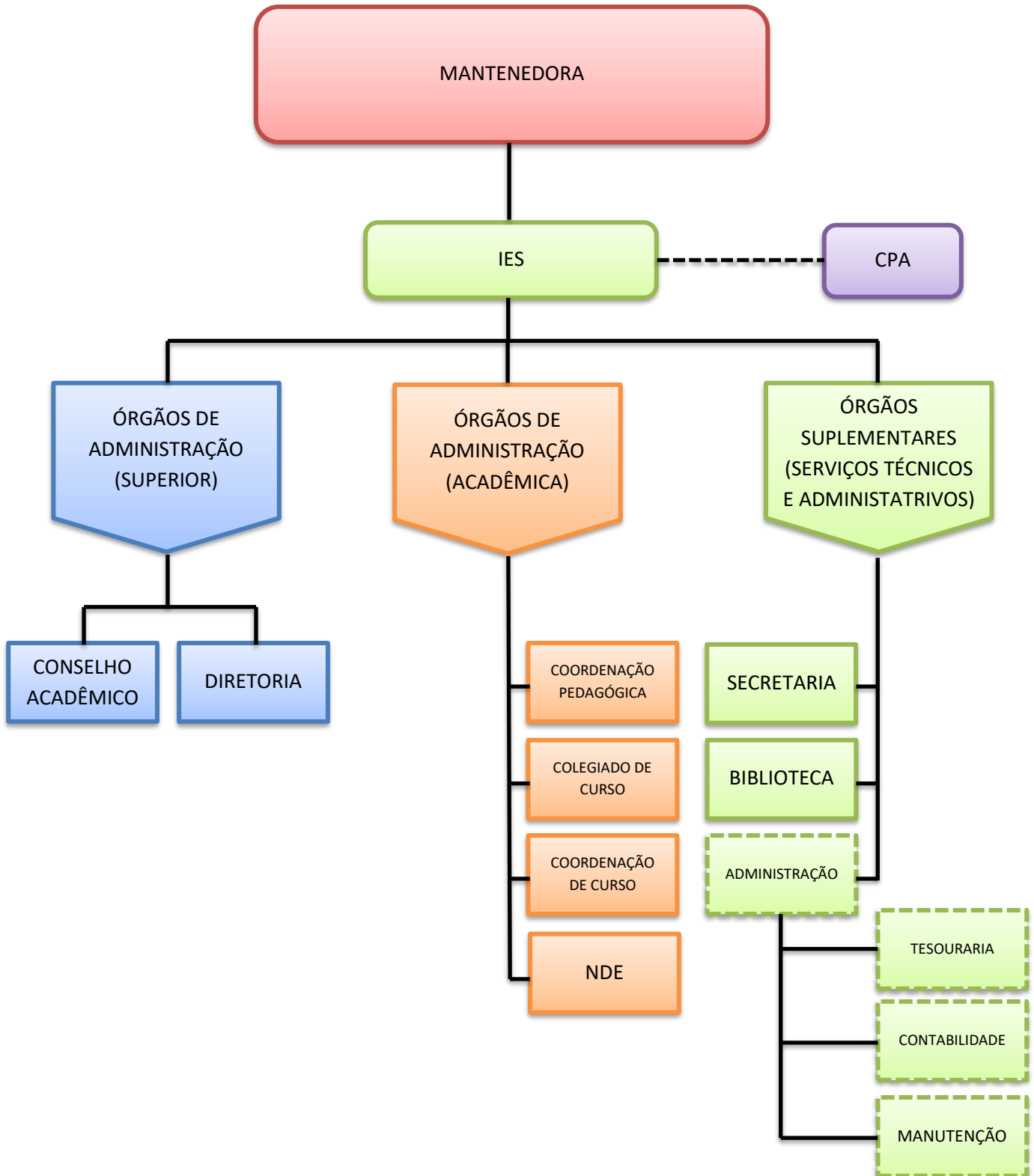
A FAREC tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da FAREC outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

Organograma da Instituição, a seguir:



2. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.229/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017. A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da ASSUPERO de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA., cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669752, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603- 9, ocorreu à transformação do tipo societário para ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA., permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Com a transformação, a ASSUPERO passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

3. HISTÓRICO DA MANTIDA

O Instituto Pernambuco de Ensino e Cultura – IPEC, ora denominado Faculdade do Recife – FAREC, conforme Portaria SESu/MEC nº 738, publicada no DOU em 18/06/10, com endereços de funcionamento situados na Rua Dom Bosco, - 11 - 1.367, Bairro Boa Vista, na Rua Carlos Porto Carreiro, 86, Bairro Boa Vista, na Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados, e na Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças, em Recife, Estado de Pernambuco, foi credenciado por meio da Portaria nº 3.708, publicada no DOU em 23/12/02, e oferece os seguintes cursos:

Unidade I - Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista: Enfermagem, reconhecido pela Portaria nº 59, publicada no DOU em 05/02/18; Fisioterapia, reconhecido pela Portaria nº 933, publicada no DOU em 01/12/15; Serviço Social,

reconhecido pela Portaria nº 16, publicada no DOU em 29/01/16. Unidade II - Rua Carlos Porto Carreiro, 86, Bairro Boa Vista: Direito, reconhecido pela Portaria nº 268, publicada no DOU em 20/07/11. Unidade III - Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados: Administração e Ciências Contábeis, reconhecidos pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 18/02/13; Arquitetura e Urbanismo, autorizado pela Portaria nº 311, publicada no DOU em 18/07/16; Ciência da Computação, reconhecido pela Portaria nº 306, publicada no DOU em 31/12/12; Comunicação Social, autorizado pela Portaria nº 3.712, publicada no DOU em 23/12/02; Educação Física (bacharelado), autorizado pela Portaria nº 17, publicada no DOU em 24/01/13; Educação Física (licenciatura), autorizado pela Portaria nº 1.687, publicada no DOU em 25/11/09; Engenharia Civil, autorizado pela Portaria nº 246, publicada no DOU em 03/06/13; Engenharia de Produção, autorizado pela Portaria nº 120, publicada no DOU em 18/03/13; Pedagogia, autorizado pela Portaria nº 942, publicada no DOU em 23/11/06; Turismo, autorizado pela Portaria nº 3.710, publicada no DOU em 23/12/02. Também é oferecido o Curso Superior de Tecnologia em Logística, autorizado pela Portaria nº 17, publicada no DOU em 24/01/13. Unidade IV (Auxiliadora Graças) - Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças: Administração, autorizado pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 18/02/13. Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior, autorizado pela Portaria nº 199, publicada no DOU em 22/07/09; Gestão Comercial, autorizado pela Portaria nº 202, publicada no DOU em 22/07/09; Gestão de Recursos Humanos, reconhecido pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 19/12/13; Gestão de Turismo, autorizado pela Portaria nº 411, publicada no DOU em 15/06/07; Gestão Hospitalar, autorizado pela Portaria nº 303, publicada no DOU em 19/04/07; Marketing, autorizado pela Portaria nº 201, publicada no DOU de 22/07/09; Processos Gerenciais, reconhecido pela Portaria nº 133, publicada no DOU em 30/07/12. Os pedidos de reconhecimento dos cursos de graduação em Educação Física (licenciatura), Engenharia Civil e Pedagogia encontram-se em tramitação junto a SERES/MEC. O pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho encontra-se também em tramitação junto às SERES/MEC. A mudança de endereço do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo para a Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista, foi informada a SERES/MEC em 06/06/18,

conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17.

A mudança de endereço do Curso Superior de Tecnologia em Logística para a Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista, foi informada a SERES/MEC em 08/11/18, conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17.

Autorização e Reconhecimento de Cursos:

Ato Legal				
Cursos Autorizados	Autorização	Reconhecimento	Renovação	Vagas
Administração	Portaria 3709 – 20/12/2002 DOU 23/12/2002	Portaria 436 – 22/05/2007 DOU 23/05/2007	Renovação Portaria 65 – 15/02/2013 DOU 18/02/2013 Portaria 704 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013 Solicitado em 28/04/2017 De ofício	250
Arquitetura e Urbanismo	Portaria 311 – 15/07/2016 DOU 18/07/2016			100
Ciência da Computação	Portaria 961 – 24/11/2006 DOU 27/11/2006	Portaria 306 – 27/12/2012 DOU 31/12/2012	De Ofício e-MEC Solicitado em 26/10/2016 Cancelado	100

			02/12/2016 (Justificado)	
Ciências Contábeis	Portaria 3711- 20/12/2002 DOU 23/12/2002	Portaria 133 – 27/07/2012 DOU 30/07/2012	Portaria 704 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013 De ofício Solicitado em 31/08/2017	100
Comunicação Social	Portaria 3712- 20/12/2002 DOU 23/12/2002			100
Direito	Portaria 2.169 – 22/07/2004 DOU 23/07/2004	Portaria 268 – 19/07/2011 DOU 20/07/2011	Portaria 539 – 23/09/2016 DOU 26/09/2016 Portaria 268 – 03/04/2017 DOU 04/04/2017 Sem visita in loco	100
Educação Física – Bacharelado	Portaria 17 – 23/01/2013 DOU 24/01/2013			100
Educação Física – Licenciatura	Portaria 1.687 – 24/11/2009 DOU 25/11/2009			100
Enfermagem	Portaria 1.687 – 24/11/2009 DOU 25/11/2009	Port. 433 – 30/07/2014 DOU 01/08/2014	Solicitado em 15/12/2014	100

		Solicitado em 15/04/2013	Protocolo de Compromisso	
Engenharia Civil	Portaria 246 – 31/05/2013 DOU 03/06/2013	Solicitado em 12/09/2017		100
Engenharia de Produção	Portaria 120 – 15/03/2013 DOU 18/03/2013			100
Fisioterapia	Portaria 968 – 24/11/2006 DOU 27/11/2006	Portaria 933 – 01/12/2015 DOU 02/12/2015		100
Pedagogia – Licenciatura	Portaria 942 – 22/11/2006 DOU 23/11/2006			200
Serviço Social		Portaria 16 – 27/01/2016 DOU 29/01/2016		100
Turismo	Portaria 3710- 20/12/2002 DOU 23/12/2002			100
Comércio Exterior	Portaria 199 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
CST Logística	Portaria 17 – 23/01/2013 DOU 24/01/2013			100

Gestão Comercial	Portaria 202 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
Gestão de Turismo	Portaria 411 – 08/06/2007 DOU 15/06/2007			100
Gestão em Recursos Humanos	Portaria 200 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009	Portaria 298 – 09/07/2013 DOU 10/07/2013	Portaria 704 - 18/12/2013 DOU 19/12/2013	100
Gestão Hospitalar	Portaria 303 – 17/04/2007 DOU 19/04/2007			100
Marketing	Portaria 201 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
Processos Gerenciais	Portaria 303- 17/04/2007 DOU 19/04/2007	Portaria 133 – 27/07/2012 DOU 30/07/2012	Solicitado em 26/08/2014	100

CURSO EM TRAMITAÇÃO

Curso	Situação	Vagas
CST em Segurança no Trabalho	Solicitado em 05/04/2018	100

A FAREC procura demonstrar grande capacidade de adaptação às mudanças do mercado de trabalho de Recife, buscando, no menor tempo possível, para que se respeitem os padrões de qualidade estabelecidos, tanto pelas diretrizes e objetivos da Instituição, quanto pelos órgãos públicos competentes, cursos relevantes para o atendimento das demandas de médio e longo prazo do mercado de trabalho da região. Com a abertura de cursos tecnológicos, a faculdade passa a abranger também as demandas de curto prazo, oferecendo formação superior de qualidade por meio de cursos que duram, em média, dois anos, possibilitando ao profissional pronto acompanhamento das tendências mais significativas nas empresas dos mais variados segmentos e portes. No período de vigência deste PDI, qual seja, o quinquênio 2018-2022, está prevista primeiramente a implantação de cursos que visam a um melhor aproveitamento da capacidade já instaurada da IES, conforme dispostos na tabela abaixo:

Cursos Solicitados

ANOS	CURSOS	N.º de VAGAS	PERÍODO
2019	Psicologia	100	Noturno
2020	Nutrição	100	
2021	Farmácia	100	
2022	CST em Estética e Cosmética	100	

4. CONCEITOS OBTIDOS PELA FAREC NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

Curso	Enade 2015	CPC	CC
Fisioterapia	3	3	3
Enfermagem	2	3	3

5. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, da FAREC, mantida pela ASSUPERO, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

5.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões

dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos os questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu implementar os questionários de forma "ON-LINE", porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos e ajustes no sistema.

Em 2017 a CPA conseguiu efetivamente fazer os questionários para discentes e docentes no sistema "on line" e observou-se uma maior adesão na hora de responder, mas ainda não alcançou o objetivo almejado.

5.2 Comissão Própria de Avaliação – CPA (2018)

Em 2018 foi realizada nova pesquisa foi cadastrada no sistema on-line e percebeu-se que o número de respostas aos questionários da Comunidade Acadêmica teve uma adesão de 60%, o que deixou a Comissão bastante satisfeita com o resultado obtido.

5.3 Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;
- d - não premiação ou punição;
- e - adesão voluntária;
- f - legitimidade; e
- g – continuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Objetivos que se pretende atingir:	
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

a - sensibilização;

b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;

c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e

d - divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

6 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) (Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla as dimensões: (7) Infraestrutura Física

Metodologia da Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente. Com isso, podemos afirmar quais ações deveremos realizar e/ou melhorar para o ano 2019

Avaliação do EIXO 1

<p>Planejamento e Avaliação Institucional - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional. Fato(s) a destacar: A divulgação melhorou bastante no período e também o número de respostas aos questionários pela Comunidade acadêmica, mas ainda cabe esclarecer para os alunos O QUE É A CPA e QUAIS FORAM OS RESULTADOS obtidos pela comissão.</p>	
<p>FRAGILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta cultura e interesse na auto avaliação. - Discentes ainda precisam de bastante estímulo para responder ao processo de auto-avaliação.
<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação da Avaliação e atingimento da maturidade dos processos. - Interesse e motivação por parte dos membros da CPA. - Boa adesão dos públicos Docente e Técnico Administrativo. - Cerca de 60% responderam aos questionários de auto-avaliação. - 50% responderam que a CPA realiza a sensibilização com materiais didático/explicativo
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando aumentar o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes. - Dirimir quaisquer dúvidas e sanar dificuldades que os discentes estejam enfrentando no preenchimento via sistema acadêmico. - Rever o período para resposta dos questionários.

Avaliação do EIXO 2

<p>Desenvolvimento Institucional - A missão e o plano de desenvolvimento institucional. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</p> <p>Fato(s) a destacar: Cresceu o conhecimento e aprovação da comunidade acadêmica a respeito das atividades voltadas para a comunidade. Notadamente nas atuações da Clínica Escola de Saúde, Núcleo de Atendimento Jurídico, Palestras/seminários e realização do DIA NO CAMPUS.</p> <p>Colocação dos eventos de Responsabilidade Social no site da IES.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Produção científica, apesar da instituição se encontrar desobrigada, por ser Faculdade e não Universidade.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Os formulários respondidos pela comunidade atendida na IES revelam índices altíssimos de satisfação com os serviços prestados em torno de 52%, estrutura física, em torno de 55% e atenção recebida. - A comunidade demonstra muita satisfação e reconhece a importância da atuação da IES neste campo. - Crescimento do interesse da Comunidade Civil com o DIA NO CAMPUS. - Disponibilidade do Regimento Interno na página da IES (virtual). - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva as ações de responsabilidade social realizada pela IES. - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva o PDI e sua real implementação no dia a dia da IES. - Excelência nas ações de responsabilidade social praticadas efetivamente pela IES prestando serviços à população por meio do corpo docente e discente. - Colocação das atividades de Responsabilidade Social no site institucional. - A maioria dos entrevistados afirma ter bons conhecimentos acerca da Missão e Objetivos Institucionais. - Aumento do número de Projetos de extensão da IES.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.

Avaliação do EIXO 3

Políticas Acadêmicas - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A comunicação com a sociedade. Políticas de atendimento ao estudante. Fato(s) a destacar: A monitoria da faculdade é realizada e sua compensação em horas de Atividade Complementares e não de Bolsas de estudos.	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Reclamações quanto à qualidade das aulas semipresenciais.- Houve reclamações em função da monitoria, que não mais recompensa com bolsa desconto, mas com horas de Atividades Complementares- Reclamações sobre as aulas dos docentes serem mais dinâmicas e atraentes
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Palestras e workshops são constantes.- Acompanhamento Psicopedagógico para o aluno com dificuldade de aprendizagem através do NAPP.- Canais de comunicação com alunos e professores são bem avaliados.- Satisfação de Discentes e docentes com a coordenação de seu curso- Mais da Metade dos que responderam os questionários, concordaram que os professores dominam os conteúdos ministrados.- Disciplinas atualizadas em relação à área de atuação ao mercado de trabalho;- Ouvidoria em pleno funcionamento e bem avaliada pelos discentes.- ótima qualidade na comunicação interna e externa da IES com a modernização e agilidade através do site da IES e melhoria de perfil no Instagram e Facebook e reforço na utilização destes meios.- Funcionamento e resposta plena nos canais de comunicação como a ouvidoria e do fale conosco.- Divulgação dos relatórios e memória da CPA no site institucional.- Apoio (PROUNI, FIES, bolsas institucionais e Programa de Bolsas) ao aluno em pleno funcionamento.- Acesso fácil à direção da Instituição e às coordenações de curso.

AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a dar mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade nas comunicações de marketing. - Catequizar o alunado para reconhecer a função pedagógica da Monitoria, extrapolando os ganhos financeiros antes atrelados a ela. - Divulgar através dos coordenadores de curso, o que é e como funciona a Ouvidoria. - Continuar o processo de melhoria nas aulas ministradas, tornado-as mais atrativas e dinâmicas.
-------------------------	--

Avaliação do EIXO 4

<p>Políticas de Gestão - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral as avaliações foram bastante positivas no que tange ao atendimento ao aluno e professor.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco incentivo salarial e de benefícios como o tíquete alimentação e planos de saúde e odontológico persistem. - Poucas oportunidades de bolsas para o corpo técnico administrativo.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Grande maioria (discentes e docentes) concorda que os recursos humanos são suficientes para atender à demanda. - Clima organizacional positivo apontado como fator preponderante de satisfação no ambiente de trabalho pelo sétimo ano consecutivo. - Boa qualidade no atendimento nos setores administrativos da IES. - Coordenação atuante e acessível, tanto para alunos quanto professores. - CPA atuante e em sintonia com o corpo diretivo. - A mantenedora tem total condição de sustentabilidade financeira em função do balanço positivo do grupo de mantidas. - Aumento no número e qualidade dos treinamentos aos técnico-administrativos.

AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Requerer junto à mantenedora concessão de bolsas para aperfeiçoamento em maior número do vem sendo feito. - Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado.
-------------------------	---

Avaliação do EIXO 5

<p>Infraestrutura - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral, as notas para a estrutura física são positivas. A acessibilidade foi melhorada sob todos os aspectos e o Campus conta com um projeto para ampliação em 2.700m²</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria na estrutura física na Unidade Rua Dom Bosco - Melhoria na Clínica de saúde da IES; - Falta de local destinado ao descanso dos técnico-administrativos em seu intervalo
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas em geral muito bem avaliadas, por parte dos discentes, docentes e avaliadores externos. - Biblioteca com capacidade de atendimento ao número de alunos da instituição, muito bem avaliada por alunos, professores e avaliadores externos. - Grande número de títulos no acervo das bibliotecas digitais. - Salas de aulas suficientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. - Acessibilidade TOTAL no Campus para os portadores de necessidades especiais. - Laboratórios avaliados positivamente por alunos, professores e avaliadores externos.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar entre coordenadores e alunos como acessar as bibliotecas virtuais. - Estimular professores a fazer uso dos título disponibilizados on-line. - Melhorar de forma emergencial a Unidade localizada na Rua Dom Bosco - Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows; - Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione vestiário para os funcionários.

6. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA estão de acordo com o que determina a legislação. Ressalta-se que a CPA, não está somente ativa durante o processo de autoavaliação, uma vez que ela trabalha de forma permanente. Esse formato facilita a interação com os discentes, docentes e corpo técnico administrativo, que têm sempre um canal aberto à comunicação, de forma a facilitar e propiciar as contribuições, por exemplo, de estratégias de divulgação e captação novos alunos da Graduação. Isso demonstra que a CPA tem um papel importante na busca permanente de melhoria da Instituição. O Plano de Melhorias apresentado à Direção é sempre discutido e analisado em reuniões, à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e executado a partir das estratégias definidas entre a Gestão e a CPA. O processo de autoavaliação tem contribuído de forma direta e eficaz para a melhoria dos serviços prestados pela Instituição. Dessa forma, a Comissão de Própria de Avaliação – CPA desempenha um papel fundamental à medida que concentra seus esforços na identificação e proposição de melhoria dos pontos fracos, assim como, na identificação e intensificação dos pontos fortes, objetivando o cumprimento da Missão institucional.